



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 4726 de 09/10/2014

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: [17910/2014](#)
Rubrica:.....

PROCESSO Nº [17910/2014](#)

RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

EMENTA : Contrato nº 11/14, firmado entre a Transporte Urbano do Distrito Federal e Fábio José Galvão dos Santos - ME, decorrente de adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 01/2013, do Ministério da Defesa, para a reforma e manutenção predial de diversos imóveis.

DECISÃO Nº 5104/2014

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 777/2014-GAB/DFTRANS (fl. 3); b) do Contrato nº 11/2014 celebrado entre a DFTRANS e Fábio José Galvão dos Santos ME - ENGECOMPANY; c) da documentação organizada sob a forma do Anexo I, volumes I a III; II - determinar à DFTRANS que, no prazo de 15 (quinze) dias: a) apresente esclarecimentos quanto às seguintes impropriedades identificadas no procedimento da adesão à Ata de Registro de Preços decorrente do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/13, que deu origem ao Contrato nº 11/2014: 1) ausência de amparo legal, para adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia, no tocante a “construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação”; 2) falta de demonstração nos autos encaminhados do atendimento ao art. 27, inciso II, do Decreto nº 34.509/13, segundo o qual há “restrição a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na ata de registro de preços, por órgão ou entidade”; 3) ausência de “comprovação da vigência da ata de registro de preços”, em desacordo ao prescrito no art. 27, inciso III, do Decreto nº 34.509/13; 4) produção de Termo de Referência às fls. 3/155, Anexo I, que não cumpre a exigência do art. 3º, inciso IV, do Decreto nº 34.509/13, haja vista a inexistência de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço; 5) falta de aprovação do termo de referência, em discordância ao art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93; b) informe o que já foi executado em relação ao Contrato nº 11/2014; III - autorizar: a) o envio de cópia da Informação nº 181/2014 — Diacomp1 à jurisdicionada, para subsidiar o cumprimento da diligência; b) o retorno dos autos à

Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, PAULO TADEU e PAIVA MARTINS. Participou o representante do MPjTCDF Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.

SALA DAS SESSÕES, 09 de Outubro de 2014



Olavo Medina
Secretário das Sessões



Inácio Magalhães Filho
Presidente